



BLUE
AZORES

ÚNICO,
RICO, FRÁGIL,
O MAR
DOS AÇORES

MEDIA KIT CONSULTA PÚBLICA (2023)

Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA)

1. [A CONSULTA PÚBLICA](#)
2. [O PROCESSO PARTICIPATIVO OCEÂNICO](#)
3. [OS PARTICIPANTES NO PROCESSO PARTICIPATIVO OCEÂNICO](#)
4. [A REDE DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DOS AÇORES - RAMPA](#)
5. [AS METAS DE CONSERVAÇÃO DA RAMPA](#)
6. [OS VALORES NATURAIS DO MAR DOS AÇORES](#)
7. [OS VALORES SOCIOECONÓMICOS](#)
8. [INFORMAÇÃO ADICIONAL](#)
9. [QUESTÕES FREQUENTES](#)
10. [CONTACTOS](#)

1. A CONSULTA PÚBLICA

Consulta Pública sobre a revisão do Parque Marinho dos Açores e da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA)

O Governo Regional dos Açores colocou em Consulta Pública o projeto de alteração ao Decreto Legislativo Regional em vigor que propõe rever a Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), do qual faz parte o Parque Marinho dos Açores.

Esta proposta tem uma sólida fundamentação científica e envolveu um processo participativo que contou com os representantes dos diferentes setores de atividades ligadas ao mar, presentes em mais de 40 reuniões. O novo Parque Marinho dos Açores irá contemplar Áreas Marinhas Protegidas oceânicas que permitirão proteger 30% do mar dos Açores, sendo metade dessa área totalmente interdita a qualquer atividade extrativa. Este diploma prevê, igualmente, o enquadramento jurídico para a gestão da nova rede.

Nesta proposta, as Áreas Marinhas Protegidas costeiras mantêm-se no atual enquadramento legal dos Parques Naturais de Ilha. No âmbito do Programa Blue Azores, iniciou-se em janeiro de 2023, o processo participativo para revisão das AMP costeiras, que está no início e também conta com o envolvimento da comunidade. As áreas oceânicas, agora contempladas no projeto de alteração, não incluem ainda a revisão da componente marinha dos Parques Naturais de Ilha, que se iniciará posteriormente.

O oceano desempenha um papel fundamental na sustentabilidade do planeta. A implementação de Áreas Marinhas Protegidas contribui para a conservação da biodiversidade marinha, o aumento da abundância das espécies com interesse comercial, do tamanho dos indivíduos, e contribui para a mitigação dos impactos das alterações climáticas, criando bases para uma verdadeira economia azul sustentável.

- **Data de início e de fim da Consulta Pública:** 24/07/2023 a 15/09/2023
- **Entidade responsável:** Presidência do Governo Regional dos Açores
- **Como participar:** Toda a informação está disponível no [Portal da Presidência do Governo dos Açores](#)

- **Próximas etapas importantes:**

- 15 de setembro de 2023: Fim da Consulta Pública.
- 16 de outubro de 2023: Audiência do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS) para apreciação e parecer sobre a proposta de diploma.
- 07 de dezembro de 2023: Aprovação do projeto de diploma pelo Conselho do Governo Regional.

2. O PROCESSO PARTICIPATIVO OCEÂNICO

Estabeleceram-se dois processos participativos, um costeiro e outro oceânico, devido à necessidade de considerar dados científicos diferentes, grupos distintos de utilizadores e impactos socioeconómicos diversos.

1. **PROCESSO PARTICIPATIVO OCEÂNICO**

Focado nas áreas entre as 6 e as 200 milhas náuticas da costa

2. **PROCESSO PARTICIPATIVO COSTEIRO**

Focado nas áreas entre a linha de costa e as 6 milhas náuticas

Tendo em conta que as atividades desenvolvidas dentro e fora das 6 milhas náuticas são significativamente diferentes e, por conseguinte, também os seus utilizadores são diferentes, este limite - das 6 milhas náuticas - foi escolhido para diferenciar o processo participativo oceânico do processo participativo costeiro.

O processo participativo foi considerado uma etapa crítica e prévia à designação da nova rede de AMP dos Açores. O processo participativo oceânico teve por base o melhor conhecimento científico disponível, considerando os interesses dos utilizadores e fazendo uso dos seus conhecimentos sobre o mar e os seus recursos. Esta abordagem enriqueceu o processo e otimizou as soluções para a conservação e uso sustentável dos recursos marinhos.

Neste enquadramento, atuando com a convicção de que o compromisso de proteção de 30% do oceano só é possível com o envolvimento dos utilizadores do mar, o Blue Azores organizou **mais de 40 reuniões** com um **total de 17 representantes** de diversos setores, entre eles associação de operadores marítimo-turísticos, transportes marítimos, associações de pescadores, organização não governamental de ambiente, departamentos do governo e autoridades.

Estas reuniões de trabalho tiveram como principais objetivos:

- **Criar um processo colaborativo** para o desenho das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) oceânicas, no mar dos Açores, tendo em conta o conhecimento científico e os contributos e a visão de todos os envolvidos.

- **Elaborar uma visão unificada** sobre o oceano, na qual são incorporados os objetivos específicos de conservação, assim como, os critérios para atingir tais objetivos.
- **Apresentar os resultados científicos** disponíveis na região, que servem de base para a discussão sobre as áreas marinhas prioritárias a proteger.
- **Identificar um conjunto de medidas e desafios** a estes objetivos, incluindo soluções para compatibilizar a proteção com as atividades económicas e garantir a implementação das AMP através de uma gestão ativa, que garanta a sua monitorização e fiscalização.

Durante todo o processo, o Blue Azores mobilizou apoio técnico e aconselhamento científico, guiado por princípios de transparência e colaboração entre todos os participantes.

Decorrendo do início do programa Blue Azores, em 2019, criado no sentido de proteger eficazmente o mar dos Açores, foi na primeira reunião do processo participativo, a 3 de dezembro de 2021, que o XIII Governo Regional dos Açores reforçou o objetivo de proteger 30% do mar dos Açores, mantendo a meta de 15% de áreas totalmente protegidas estabelecida pelo XII Governo Regional. Este compromisso foi reafirmado a 27 de junho de 2022, na Conferência dos Oceanos das Nações Unidas.

3. PARTICIPANTES NO PROCESSO PARTICIPATIVO OCEÂNICO

- Direção Regional das Pescas (DRP)
- Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM)
- Direção Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas (DRAAC)
- Direção Regional do Turismo (DRT)
- Inspeção Regional das Pescas (IRP)
- Autoridade Marítima Nacional (AMN)
- Atlânticoline, SA
- Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores (ACPA)
- Associação dos Operadores Marítimos dos Açores (AOMA)
- Associação dos Produtores de Atum e Similares dos Açores (APASA)
- Associação dos Produtores de Espécies Demersais dos Açores (APEDA)
- Associação Regional da Pesca Lúdica dos Açores (ARPLA)
- Federação das Pescas dos Açores (FPA)
- Lotaçor, SA
- Observatório do Mar dos Açores (OMA)
- Portos dos Açores, SA
- Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves (SPEA)

4. A REDE DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DOS AÇORES - RAMPA

A RAMPA concretiza o objetivo de conservação da biodiversidade marinha dos Açores, tendo em conta a classificação e os princípios adotados pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), adaptando-a às particularidades ambientais, geográficas, culturais e político-administrativas da Região Autónoma dos Açores.

A RAMPA é composta pelas áreas marinhas protegidas situadas no espaço marítimo adjacente ao arquipélago dos Açores, abrangendo:

- a) Os Parques Naturais de Ilha dos Açores que incluem as áreas marinhas protegidas costeiras;
- b) O Parque Marinho dos Açores, que inclui as áreas marinhas protegidas oceânicas.

A RAMPA integra as áreas marinhas protegidas já classificadas ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que aprova o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, e também as áreas marinhas protegidas que venham a ser classificadas no âmbito da presente proposta.

O espaço marítimo dos Açores ocupa aproximadamente **957.292 Km²**, o que corresponde a cerca de **55%** da ZEE portuguesa. Compreende-se assim a importância dos Açores para atingir a ambição da proteção dos **30%** do mar português e dos valores naturais que este encerra.

Atualmente, a Região possui **50 AMP**, **15** oceânicas e **35** costeiras, abrangendo cerca de **4%** do mar dos Açores. O Parque Marinho dos Açores (PMA) revisto incluirá um total de **29 AMP** oceânicas, das quais 23 irão proteger 30% do mar dos Açores: 16% com proteção total e 14% com proteção alta; sendo que as restantes estão situadas na área proposta de extensão da plataforma continental portuguesa.

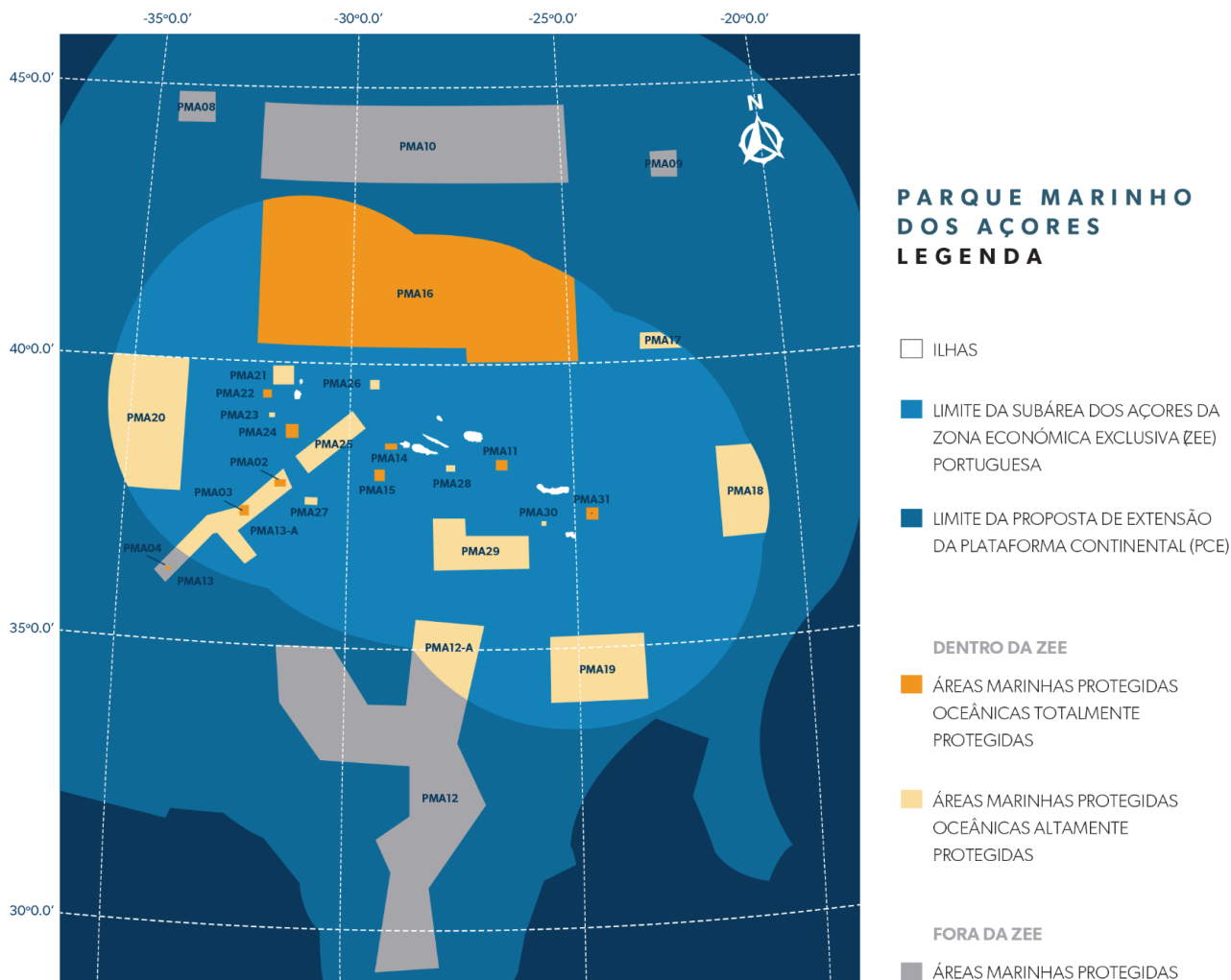
Estas AMP abrangem uma variedade de elementos geomorfológicos, como plataformas insulares, montes submarinos, cristas, zonas de fratura, fossas, planícies abissais e uma extensão considerável da Dorsal Médio-Atlântica. Estão, ainda, presentes ecossistemas marinhos vulneráveis como as fontes hidrotermais e os jardins de corais de água fria e agregações de esponjas, que colonizam o cume de montes submarinos. Além disso, alguns destes habitats são reconhecidos internacionalmente, estando sob estatuto de proteção na Diretiva Habitats (UE) e na [Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste](#) (OSPAR).

A nova RAMPA, que incluirá todas as AMP existentes e as futuramente designadas, assegura que há uma rede de áreas coerente, com conectividade entre elas, que partilhem sistemas de gestão integrada. Além disso, com esta proposta ficarão garantidos sistemas de execução e financiamento, juntamente com um sistema de fiscalização e contraordenações.

NÍVEIS DE PROTEÇÃO DA RAMPA

As AMP oceânicas incluídas no mar dos Açores terão dois níveis de proteção: proteção total e proteção alta. Estes níveis de proteção destinam-se a proteger áreas naturais de excepcional relevância para a conservação de espécies e habitats, incluindo ecossistemas vulneráveis, ou que sejam representativos de singularidades biológicas e/ou de elementos de geodiversidade. Protegem também os processos ecológicos e serviços de ecossistema dessas áreas.

- **Proteção Total:** são excluídas as atividades extrativas ou destrutivas, visando-se a minimização de todas as pressões sobre o ecossistema. No âmbito da presente proposta, de acordo com a classificação da IUCN (categoria I), as áreas com nível de proteção total são classificadas como **reserva natural marinha**.
- **Proteção Alta:** apenas são permitidas atividades extrativas de baixo impacto ambiental, e os outros impactos são minimizados. No âmbito da presente proposta, de acordo com a classificação da IUCN (categoria IV), as áreas com nível de proteção alta são classificadas como **áreas marinhas protegidas para a gestão de habitats ou espécies**.



- PMA02** Reserva Natural Marinha do Campo Hidrotermal Menez Gwen
- PMA03** Reserva Natural Marinha do Campo Hidrotermal Lucky Strike
- PMA04** Reserva Natural Marinha do Campo Hidrotermal Rainbow
- PMA08** Área Marinha Protegida do Monte Submarino Altair
- PMA09** Área Marinha Protegida do Monte Submarino Antialtair
- PMA10** Área Marinha Protegida do MARNA
- PMA11** Reserva Natural Marinha do Banco D. João de Castro
- PMA12** Área Marinha Protegida do Arquipélago Submarino do Meteor (PCE)
- PMA12-A** Área Marinha Protegida do Meteor (ZEE)
- PMA13** Área Marinha Protegida de Perímetro de Proteção e Gestão de Recursos Localizada a Sudoeste dos Açores (PCE)
- PMA13-A** Área Marinha Protegida Açores Sudoeste (ZEE)
- PMA14** Reserva Natural Marinha do Banco Condor
- PMA15** Reserva Natural Marinha do Banco Princesa Alice
- PMA16** Reserva Natural Marinha Açores Norte

- PMA17** Área Marinha Protegida Açores Nordeste
- PMA18** Área Marinha Protegida Açores Este
- PMA19** Área Marinha Protegida Açores Sul
- PMA20** Área Marinha Protegida Açores Oeste
- PMA21** Área Marinha Protegida Alberto do Mónaco
- PMA22** Reserva Natural Marinha do Cachalote
- PMA23** Área Marinha Protegida do Bugio Norte
- PMA24** Reserva Natural Marinha do Diogo de Teive
- PMA25** Área Marinha Protegida do Gigante
- PMA26** Área Marinha Protegida do Óscar
- PMA27** Área Marinha Protegida do Voador
- PMA28** Área Marinha Protegida do Pico Sudeste
- PMA29** Área Marinha Protegida do Tridente
- PMA30** Área Marinha Protegida do Mar da Prata Sul
- PMA31** Reserva Natural Marinha dos Ilhéus das Formigas

Os níveis de proteção estabelecidos são essenciais para atingir os objetivos de conservação e gestão. Serão criados modelos de gestão, monitorização, fiscalização e governação adequados, num quadro de cooperação conjunta entre os serviços e organismos do Estado e aqueles que possuem idênticas competências na Região Autónoma dos Açores. A proposta de RAMPA pressupõe a articulação

com a Rede Nacional de Áreas Protegidas (composta por áreas protegidas de interesse nacional, regional ou local, que inclui parques nacionais, reservas naturais, monumentos naturais, paisagens protegidas e locais de interesse biológico) e com a Rede Fundamental de Conservação da Natureza. Além disso, contempla quais os usos e as atividades permitidos, proibidos ou condicionados nas AMP propostas, tal como como tipificado na legislação regional, nacional e da União Europeia, bem como os resultantes de tratados ou acordos internacionais que vinculam o Estado português.

Esta proposta de revisão das AMP oceânicas que estão integradas no Parque Marinho dos Açores é o resultado da construção colaborativa utilizada durante as reuniões do processo participativo oceânico. A RAMPA inclui, não só o conhecimento científico da região sobre as áreas prioritárias de conservação, que contêm os valores naturais mais relevantes a proteger, mas também os contributos dos utilizadores e dados de base relativos aos usos e atividades económicas. A proposta final integra as áreas marinhas protegidas existentes, mas também propõe novas áreas marinhas protegidas que permitem alcançar o objetivo de proteção de 30% do mar dos Açores e que resultam da informação científica, do diálogo com os utilizadores e dos objetivos de conservação acordados, reduzindo, tanto quanto possível, o impacto nas áreas importantes para atividades económicas.

5. METAS DE CONSERVAÇÃO DA RAMPA

As metas de conservação da proposta da RAMPA são as seguintes:

- Assegurar a proteção dos ecossistemas marinhos vulneráveis que estejam ainda preservados no seu estado natural e a recuperação daqueles que se encontrem degradados;
- Manter a estrutura da cadeia alimentar e as redes de relações tróficas;
- Assegurar a proteção de habitats costeiros, profundos e de mar aberto, essenciais e intactos, bem como a recuperação de outros que não se encontrem nesse estado de conservação;
- Assegurar a proteção dos habitats intactos e a recuperação das espécies-chave e das espécies de base;
- Assegurar a manutenção, a longo prazo, dos processos mediados por fatores biológicos;
- Manter a diversidade funcional dos ecossistemas de profundidade;
- Manter ou restaurar a diversidade biológica dos ecossistemas de profundidade a todos os níveis;
- Assegurar a proteção de espécies ou habitats vulneráveis, ameaçados ou criticamente ameaçados;
- Assegurar a proteção dos *hotspots* de biodiversidade dos ecossistemas de profundidade;
- Assegurar a proteção de potenciais áreas naturais próximas;

- Assegurar a proteção dos habitats bentónicos de profundidade representativos e dos ecossistemas associados;
- Assegurar a proteção de uma rede de zonas interligadas ecologicamente que beneficiam de intercâmbios de larvas, juvenis ou adultos, e de outras ligações funcionais;
- Manter a diversidade biológica, a estrutura e a função dos ecossistemas costeiros, de profundidade e de mar aberto a longo prazo, em condições climáticas futuras;
- Manter unidades populacionais de peixes, algas e invertebrados e da biodiversidade em geral num estado saudável;
- Reconstruir e restaurar as unidades populacionais de peixes e invertebrados de espécies bentónicas costeiras e de profundidade comercialmente importantes;
- Assegurar a proteção dos habitats essenciais de espécies bentónicas de profundidade com interesse comercial.

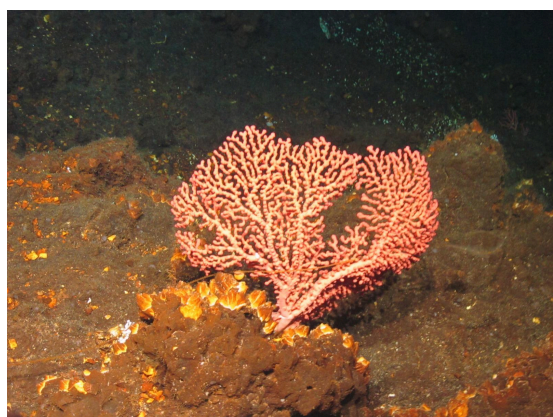
6. VALORES NATURAIS DO MAR DOS AÇORES



A ciência identificou **espécies e ambientes marinhos dos Açores ímpares a nível mundial**. A geografia do arquipélago (no encontro de três placas continentais) e de génese vulcânica conflui numa ampla e emblemática diversidade natural. Os campos hidrotermais, os montes submarinos, um segmento significativo da Dorsal Médio-Atlântica e outros elementos geomorfológicos concorrem para a diversidade da paisagem submarina dos Açores. Os ecossistemas bentónicos são pautados por jardins de corais de água fria e agregações de esponjas que conferem ao mar profundo dos Açores uma identidade ímpar.

A investigação científica desenvolvida nos Açores nas últimas décadas, permitiu compreender a importância ecológica dos ecossistemas de mar profundo, mas também as ameaças a que estão sujeitos. Têm sido descobertas novas espécies, biótopos, fontes e campos hidrotermais, incluindo as comunidades de octocorais de águas frias que colonizam o seu fundo. **Estas descobertas colocam os Açores numa posição de destaque no Atlântico Norte.**

O fundo do mar dos Açores é caracterizado por uma topografia complexa, constituída por vertentes insulares, montes submarinos, cristas, zonas de fratura, fossas e planícies abissais a profundidades superiores a **5000m**. É nestas áreas que muitas espécies bentónicas e pelágicas, incluindo espécies com estatuto de conservação e espécies com interesse comercial, procuram abrigo e refúgio, crescem, se alimentam e se reproduzem. Muitas aves e mamíferos marinhos utilizam estas áreas para repouso e alimentação durante as grandes migrações no Atlântico.



Nos Açores existem mais de **560** espécies de peixes, **28** espécies de mamíferos marinhos, **6** espécies de tartarugas, **10** espécies de aves marinhas nidificantes, mais de **400** espécies de algas e mais de **1000** espécies de invertebrados, como cavacos e lagostas, cracas e lapas, lulas e polvos, caranguejos e camarões. A diversidade de corais de água fria é particularmente elevada nos Açores, com pelo menos **184** espécies identificadas até ao momento.

Em **2016** foi realizada uma [expedição científica na região](#), através da qual se avaliou o estado ambiental dos ecossistemas marinhos do **grupo Oriental**. Posteriormente, em **2018**, foi realizada [uma outra expedição científica](#), dedicada aos **grupos Central e Ocidental**, que incluiu os ecossistemas costeiros, do mar aberto e do mar profundo. Durante esta expedição, foi cartografada pela primeira vez em detalhe uma área de **mais de 21.000 Km²** de fundo marinho. Estas expedições, juntam-se a muitas outras desenvolvidas ao longo dos anos pelos cientistas da

região e colaborações internacionais, o que permitiu a mobilização do conhecimento científico disponível para este processo de revisão da RAMPA.

Já foram identificados nos Açores mais de **300** montes submarinos, locais que oferecem as condições ideais para a ocorrência de corais e esponjas de profundidade, bem como de uma elevada biodiversidade marinha. Apesar de a maior parte destes montes submarinos ainda não terem sido estudados cientificamente, alguns já foram explorados e afetados por atividades humanas. A maioria das espécies de corais e esponjas de profundidade que aí ocorrem têm crescimento lento, vida longa e uma baixa taxa de reprodução, o que as torna extremamente vulneráveis à pesca e a outras atividades com impacto no fundo marinho.

Os montes submarinos pouco profundos, fontes hidrotermais, jardins de corais de água fria e as agregações de esponjas reúnem os critérios para serem considerados Ecossistemas Marinhos Vulneráveis (VME na sigla em inglês) pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), por serem frágeis, pela sua raridade e elevada importância ecológica e, por isso, por serem especialmente vulneráveis às atividades de pesca com impactos no fundo. As comunidades de corais e esponjas são especialmente vulneráveis, pois quando removidas ou danificadas no fundo marinho, a sua recuperação pode prolongar-se entre centenas a milhares de anos.

O "Blue Paper", um relatório científico da autoria do IMAR e do OKEANOS da Universidade dos Açores, compilou os dados e informações existentes na região e a literatura científica relevante sobre o mar profundo dos Açores, para suportar a identificação das áreas prioritárias para a conservação. A solução utilizada como base de trabalho no processo participativo, identificou as áreas prioritárias para conservação que representam a melhor solução para o cumprimento das metas e objetivos de conservação definidos, minimizando tanto quanto possível a sobreposição com áreas com maior esforço de pesca de fundo.

A singularidade do mar dos Açores e a natureza frágil dos seus habitats justificam a prioridade na sua conservação e exigem a promoção urgente de ações para a sua proteção. Em 2019 também a Fundação Mission Blue "Sylvia Earle Alliance" reconheceu os Açores enquanto **Hope Spot** para a conservação do oceano, em alinhamento com os objetivos do Blue Azores.

7. INDICADORES SOCIOECONÓMICOS

O Mar dos Açores desempenha um papel importante para o desenvolvimento económico da região e suporta as mais diversas atividades, tais como a pesca, o turismo, biotecnologia, atividades educativas e investigação.

A cultura e a economia açoriana são profundamente influenciadas pelo mar. O oceano, quando gerido de forma sustentável, garante a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades locais.

A pesca destaca-se enquanto atividade crucial para a economia regional. Proporciona emprego a muitos pescadores, bem como emprego em atividades relacionadas com o setor, tais como a indústria de transformação e a distribuição de pescado.

O Blue Azores tem como objetivo apoiar a reestruturação do setor da pesca, no âmbito da revisão da Rede de Áreas Marinhas protegidas dos Açores. Este compromisso está assumido pelo Governo Regional e será concretizado através de um diálogo direto com o setor da pesca.

Com a implementação de áreas marinhas protegidas de proteção total ou alta, os ecossistemas marinhos ficam efetivamente protegidos e regeneram-se. Desta forma, promove-se o aumento da diversidade, da quantidade e da qualidade do pescado.

O setor do turismo marítimo, nomeadamente os passeios marítimos, as atividades de observação de cetáceos, as atividades de mergulho (incluindo mergulho com tubarões) e a pesca desportiva, têm crescido consistentemente nas últimas três décadas. Em **2019**, os Açores foram o primeiro arquipélago no Mundo certificado como destino turístico sustentável pela norma **EarthCheck**, acreditada pelo **Global Sustainable Tourism Council**.

O Mar dos Açores oferece também oportunidades para novas descobertas e avanços científicos, por exemplo, nas áreas da biomedicina, biomateriais, farmacêutica e nutracêutica, devido à sua natureza insular compacta, relativamente preservada e devido à singularidade dos ecossistemas de mar profundo.

É fundamental desenvolver uma economia azul que proteja os valores naturais, assegure o uso sustentável dos recursos marinhos e melhore a qualidade de vida de toda a sociedade civil, através de novas oportunidades de emprego.

A implementação de áreas marinhas protegidas trará oportunidades para novas atividades ou para a reconversão das existentes, para a melhoria de infraestruturas e equipamentos, e para melhores condições de trabalho. Existe muito potencial se

for trilhado um caminho de desenvolvimento, assente numa natureza saudável e numa economia sustentável.

8. INFORMAÇÃO ADICIONAL

Com consciência de que a proteção do mar dos Açores é de uma importância vital, não apenas para a região, mas também para Portugal, para a Europa e para todo o Atlântico Norte, o Governo Regional dos Açores, com o apoio da Fundação Oceano Azul e do Instituto Waitt, com o envolvimento da Universidade dos Açores e de inúmeros parceiros regionais e internacionais, constitui o Blue Azores, como o programa agregador das capacidades existentes na região, focado nas soluções de sustentabilidade associadas à gestão e valorização do capital natural azul dos Açores.

Os Açores assumiram a liderança, nacional e internacional, para proteger 30% do mar dos Açores, para dar resposta à Estratégia Nacional para o Mar e [Estratégia de Biodiversidade da União Europeia \(UE\)](#) para 2030, alinhadas com os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas](#). Ambas as estratégias incluem incluídas nos planos nacionais para o ordenamento do espaço marítimo e para o desenvolvimento da economia azul.

Também na última conferência das partes (COP 15) da Convenção da Diversidade Biológica das Nações Unidas, realizada em dezembro de 2022, se estabeleceu um acordo histórico para orientar a ação global sobre a natureza até 2030. A adoção do [Kunming- Montreal Global Biodiversity Framework \(GBF\)](#) representa o consenso internacional para a proteção de 30% da natureza até 2030.

O Blue Azores trabalha na convicção de que as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são um dos instrumentos de gestão mais eficazes para atingir o objetivo de proteção do oceano.

Questões Frequentes

[O que significa RAMPA?](#)

[O que são áreas marinhas protegidas \(AMP\)?](#)

[Quais os benefícios das áreas marinhas protegidas \(AMP\)?](#)

[O que é o programa Blue Azores?](#)

[Quais os objetivos deste Programa?](#)

[Porquê o objetivo de proteger 30%?](#)

[Porque é que os Açores estão a antecipar as metas para 2023?](#)

[Quem financia o programa?](#)

[Como participar na consulta pública?](#)

O que significa RAMPA?

É o acrónimo de “Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores”.

O presente projeto de alteração do Decreto Legislativo Regional (DLR), propõe a revisão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), do qual faz parte o Parque Marinho dos Açores.

O que são áreas marinhas protegidas (AMP)?

As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são espaços geográficos bem definidos onde a atividade humana é limitada para que se protejam os valores naturais e o oceano recupere, e se possa garantir a conservação da natureza e a sustentabilidade das atividades económicas a longo prazo.

As AMP protegem espécies e habitats, mas também a integridade ecológica dos ecossistemas, a sua biodiversidade e produtividade porque são zonas de reprodução, de refúgio, de rotas de migração ou onde se encontram espécies raras e de elevado interesse natural.

As AMP são avaliadas com base no seu estado de implementação, nível de proteção e o alcance dos resultados ecológicos pretendidos. A ciência tem mostrado que são as AMP com níveis de proteção total e alta que permitem alcançar maiores (e mais rápidos) benefícios ecológicos, sociais e económicos, que permitem a recuperação da natureza e a sua valorização.

Quais os benefícios das áreas marinhas protegidas?

Os principais benefícios das AMP são:

- Manter a natureza intacta (AMP de proteção total);
- Recuperação de ecossistemas degradados;
- Para a pesca: a proteção resulta em peixes maiores, mais abundantes e uma maior quantidade de juvenis (maior biomassa, abundância e recrutamento);
- Mitigação das alterações climáticas através da promoção do sequestro de carbono;
- Ecossistemas mais resilientes a ameaças externas como a poluição, fenómenos extremos (por exemplo, tempestades) e erosão contribuindo para a diminuição de riscos através da proteção costeira.
- Aumento das atividades turísticas e de lazer (benefícios económicos e para a saúde), resultando numa melhoria dos meios de subsistência;
- Proteção de valores sociais e culturais;
- Oportunidades de investigação e educação (maior literacia e respeito pelo oceano);
- Governação justa (direitos e partilha de benefícios e responsabilidades através de processos de decisão transparentes e inclusivos).

Através da melhoria da qualidade dos ecossistemas marinhos proporciona-se uma utilização sustentável dos recursos naturais e dos serviços associados ao Mar, potenciando a valorização dos setores de turismo, pescas e comércio. Proporcionam-se igualmente atividades de educação, científicas e culturais, assentes numa natureza saudável e vibrante.

Com áreas bem geridas e de proteção alta ou total promovem-se todos estes benefícios dentro e fora das áreas protegidas (ex: através do efeito *spillover**). Além de benefícios para a pesca, as AMP criam oportunidades de valorização do mar que de outra forma não existiriam.

**spillover*: movimento de peixes provenientes das áreas marinhas protegidas para as áreas circundantes.

O que é o Programa Blue Azores?

Liderado pelo Governo Regional dos Açores, em parceria com a Fundação Oceano Azul e o Instituto Waitt, com o envolvimento da Universidade dos Açores e de inúmeros parceiros regionais e internacionais, o Blue Azores constitui-se como o programa agregador das capacidades existentes na região, focado nas soluções de conservação e sustentabilidade do mar.

O Programa Blue Azores contribui para a proteção, promoção e valorização dos recursos marinhos dos Açores, criando novas vias para o desenvolvimento económico sustentável da região e para a valorização do capital natural azul.

O Blue Azores apoiou o processo de "Revisão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores" (RAMPA) através de dois pressupostos fundamentais:

1. a utilização do melhor conhecimento científico disponível na região;
2. o desenvolvimento de uma abordagem transparente, colaborativa e participativa, com o objetivo de criar uma solução construída em conjunto para a RAMPA.

Quais os objetivos deste Programa?

O Blue Azores tem como principais objetivos:

- Proteger 30% do mar dos Açores, com pelo menos 15% desta área totalmente protegida em 2023, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP).
- Produzir e implementar planos de gestão para todas as AMP incluídas na Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), incluindo as já existentes;
- Contribuir para a implementação de um plano de ordenamento do espaço marinho;
- Apoiar a reestruturação do setor das pescas.

O Blue Azores promove também ações complementares a estes objetivos através de programas de suporte, focados na literacia do oceano e no desenvolvimento de uma economia azul sustentável na região e no envolvimento da sociedade civil, através da capacitação de organizações não governamentais (ONG). São exemplos de programas:

1. Educar para uma Geração Azul, que promove a literacia do oceano nos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico e a formação de professores, com o objetivo de qualificar uma geração de cidadãos que será mais conhecedora, consciente, responsável e ativa relativamente ao oceano e à sua conservação.
2. Blue Bio Value e outras iniciativas de promoção da bioeconomia azul, que têm como missão desenvolver soluções sustentáveis baseadas no oceano, para uma nova bioeconomia azul, através da dinamização de projetos e ideias assentes na biodiversidade marinha, fomentando inovação de base científica e biotecnológica para um mundo próspero e mais sustentável.
3. O programa Convenção das Organizações para um Oceano Limpo (COOL) incentiva e apoia as organizações açorianas que se dedicam à proteção e conservação do oceano no seu envolvimento na rede nacional de organizações.

Porquê o objetivo de proteger 30%?

Perante um quadro mundial de emergência climática e crise de extinção de espécies, o objetivo de proteger 30% do oceano está alinhado com as estratégias e compromissos internacionais para travar a perda de biodiversidade e proteger e restaurar os ecossistemas até 2050.

Em Dezembro de 2022 foi alcançado um acordo histórico na Conferência das Partes (COP15) da Convenção sobre a Diversidade Biológica: mais de 190 estados-membros, incluindo Portugal, ratificaram a *Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework*, assumindo o compromisso de proteger pelo menos 30% das áreas terrestres e marinhas até 2030.

Também a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 prevê a meta de 30% de proteção em 2030, em alinhamento com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas (através do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável 14 - Proteger a vida marinha).

Porque é que os Açores estão a antecipar as metas para 2023?

O Presidente do Governo Regional dos Açores (GRA), José Manuel Bolieiro, anunciou na primeira reunião do processo participativo, a 3 de dezembro de 2021, que o GRA adoptou o objetivo de proteger 30% do mar dos Açores, com pelo menos 15% de áreas marinhas totalmente protegidas. Este compromisso foi reiterado na Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em 2022, antecipando para 2023 os compromissos internacionais estabelecidos. O Memorando de Entendimento Blue Azores assinado em 2019 já previa a antecipação destes prazos. Esta decisão foi motivada pela vontade dos Açores serem um exemplo nacional e internacional de conservação e desenvolvimento sustentável.

A iniciativa do Governo Regional dos Açores destacou esta região como um exemplo a nível internacional, num contexto global em que menos de 3% do oceano está protegido de forma eficaz.

Quem financia o programa?

O Blue Azores é financiado maioritariamente pelos três parceiros do programa: o Governo Regional dos Açores, a Fundação Oceano Azul e pela Fundação/Instituto Waitt.

Como participar na consulta pública?

Toda a informação está disponível no [Portal da Presidência do Governo dos Açores](#)

CONTACTOS

Para mais informações ou esclarecimentos, por favor contactar:

Programa Blue Azores

Mafalda Neuville | mneuville@blueazores.org

Inês Jorge | ijorge@blueazores.org

JLM&A

Manuel Louro | +351918881124 | manuel.louro@jlma.pt

Este documento foi disponibilizado em setembro de 2023 e atualizado em dezembro de 2023.

